

ARMANDO DUTRA, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS PROFESSORES DOS AÇORES

Professores nos Açores não querem avaliação este ano



João Paz

Armando Dutra entregou, anteontem, à directora Regional da Educação (por a secretária da Educação e Formação, Lina Mendes, estar em conselho de governo) a proposta sindical de alteração do Estatuto de Carreira Docente. E hoje é a vez de Fernando Fernandes entregar a proposta de alteração da outra estrutura sindical, o Sindicato Democrático dos Professores.

Para justificar a inexistência de condições este ano para a avaliação, Armando Dutra explica que "há uma falta de enquadramento legal atendendo a que a publicação do diploma respeitante à avaliação, que está consagrada na revisão do estatuto, só ocorrer em Março, praticamente no final do segundo período lectivo".

Outra explicação é a de que a revisão do estatuto consubstancia "alterações ao modelo, não só ao nível da duração do período de avaliação – que deixa de ser anual e passa a ser no final do escalão – mas também ao nível dos ítems. Ocorre a retirada de uns, nomeadamente no que respeita à investi-

O presidente do Sindicato dos Professores, Armando Dutra, afirmou ontem que "não há condições para a implementação do modelo de avaliação de professores este ano nos Açores" e defende que os procedimentos em curso, neste momento, nas escolas "devem ser suspensos". A estrutura sindical apresentou dezenas de alterações ao Estatuto da Carreira Docente proposto pelo Governo.



PROFESSORES admitem voltar à rua em Ponta Delgada

gação; e a introdução de outros, nomeadamente, o da partilha de boas práticas, além da alteração da redacção dos diversos ítems que compõem a grelha de avaliação".

O sindicato considera ainda como fundamento, para a não implementação do modelo de avaliação, o facto dos docentes "se encontrarem numa fase de reposicionamento na nova estrutura de carreira docente da revisão do estatuto e da recuperação do tempo de serviço congelado. A primeira fase já deveria ter ocorrido em Julho de 2008, e a segunda fase ocorrerá em Setembro de 2009. Isso implicará alterações de posicionamento nos diversos escalões relativamente à maioria dos docentes".

O Sindicato dos Professores dos Açores entende que, só depois do acerto da contagem global do tempo de serviço congelado aos docentes a desenvolver pelos serviços administrativos das escolas e, depois, publicadas as listagens para que os professores e educadores saibam, de facto, o escalão em que se encontram, é que estão reunidas as condições necessárias à implementação do processo de avaliação.

"Não faz sentido a avaliação a não ser que se defina um modelo em que se pretenda fazer a avaliação já respeitante a estar na configuração do modelo que vier a ficar instituído", palavras de Armando Dutra.

O estatuto revisito possibilita que a observação de aulas seja da vontade dos do-

centes, mas apenas para os docentes que estão no sexto, sétimo e oitavo escalão. O sindicato considera que este "é um processo discriminatório e não deve acontecer". Acrescenta que a observação de aulas "não deve ocorrer de uma forma imposta a nenhum docente, mas sim todos os docentes terem a possibilidade, caso pretendam ter uma avaliação de excelência, de requerer esta observação ou, então, quando a tutela entender que existem indícios de maus desempenhos".

Revisão "mais abrangente"

O dirigente sindical parte do princípio de que o ante-projecto de diploma apresentado pela secretaria regional da Educação e Formação, visando a revisão do Estatuto da Carreira Docente nos Açores, é uma proposta que "não tem a abrangência desejada".

Armando Dutra defende que haja uma revisão "o mais abrangente possível, sobretudo, procurando ultrapassar os aspectos que geraram maior desagrado junto dos docentes". Estes aspectos relacionam-se com horários e condições de trabalho, "restrições e condicionais impostos" relativamente aos direitos de protecção na doença e com o modelo de avaliação, além de outras questões que se prendem com a estrutura da carreira que "ouve um agravamento da estrutura: os professores podiam chegar ao

Armando Dutra, Sindicato dos Professores dos Açores: "Não faria sentido proceder-se a uma revisão do Estatuto de Carreira Docente se não houvesse disposição para acolher, evidentemente, alguns dos aspectos mais reivindicados pelos docentes"

topo da carreira ao fim de 29 anos e, agora, só ao fim de 35. Houve um agravamento da duração dos escalões", explica.

O sindicato quer uma revisão da estrutura da carreira. O sindicalista explica que os docentes "perderam" a paridade com a carreira técnica superior. Querem "recuperar o direito a esta paridade de carreira técnica superior", o que implica alterações no escalão.

O sindicato entende também que a estrutura da carreira actual é "assimétrica e desproporcionada". Explica que, com as alterações indicárias e remuneratórias, há uma subida indicária remuneratória, nos

últimos dois escalões superior àquela que se processa desde o primeiro ao sexto escalão.

Armando Dutra defende, neste processo de revisão do estatuto, que o acesso ao topo da carreira não deveria efectuar-se para além dos 28 anos de serviço. Propõe quatro anos em cada escalão para que o acesso ao topo se faça ao fim de 28 anos.

As alterações propostas pelo governo, nomeadamente no que respeita à questão da saúde, "não resolvem o problema. Entendemos que, na nova redacção dos artigos, há, até, alguma regressão", explica.

"Defendemos que devem ser retirados, na sua totalidade, todos os artigos que condicionam o direito à protecção da saúde e que existem no estatuto. O direito à protecção na doença é um direito constitucional e, portanto, não pode haver nenhum artigo que limite este direito aos docentes. Porque esta limitação não existe em mais nenhum sector profissional", palavras do dirigente sindical.

Acolher alterações...

O Sindicato propôs dezenas de alterações ao Estatuto de Carreira Docente, "uns com mais relevância que outros" neste processo negociado que consta de duas rondas com base num calendário que Armando Dutra considera "muito restritivo". O sindicato pretendia que o processo fosse mais alargado no tempo para ter oportunidade de ouvir os professores. Mesmo assim, tem já mercados plenos para segunda-feira, dia 12, em Ponta Delgada (Aula Magna da Universidade) e em Angra do Heroísmo.

Quando questionado sobre se sentia, da parte do governo, abertura para acolher as pretensões sindicais, a resposta de Armando Dutra foi a de que "não faria sentido proceder-se a uma revisão do Estatuto de Carreira Docente se não houvesse disposição para acolher, evidentemente, alguns dos aspectos mais reivindicados pelos docentes".

O dirigente sindical quer acordo "em aspectos que são nucleares e que têm gerado maiores discordâncias, como faltas por motivos de doença, com horários de trabalho e a questão de avaliação".

Grupos de professores estão a promover uma manifestação no dia 12 do corrente, segunda-feira, dia em que se realizam os plenos sindicais.